

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.972 - SP (2019/0278844-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **FERTIPLANTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA**  
**ADVOGADOS** : **EDUARDO FRANCISCO QUEIROZ GODINI - SP208214**  
: **FELIPE MASTROCOLLA - SP221625**  
**AGRAVANTE** : **COMEXPORT COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR**  
**ADVOGADOS** : **GUSTAVO LORENZI DE CASTRO - SP129134**  
: **GUILHERME MATOS CARDOSO - SP249787**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. PERMISSIVO CONSTITUCIONAL NÃO INDICADO NO ESPECIAL. RECURSO INADMISSÍVEL. SÚMULA 284/STF.

1. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
2. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por COMEXPORT COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR, contra decisão interlocutória que negou seguimento ao recurso especial que interpusera.

Em suas razões, a agravante infirmou especificamente os fundamentos da decisão agravada, notadamente em relação à ausência de demonstração de vulneração dos dispositivos arrolados (incidência da Súmula 284/STF), bem como no que tange à aplicação da Súmula 7/STJ à espécie (e-STJ Fls. 488/499).

Relatado o processo, decide-se.

O recurso especial não reúne condições de admissibilidade, pois deixou de indicar a alínea do permissivo constitucional, o que impede saber em qual das hipóteses de cabimento o recurso especial está embasado, atraindo, por

# *Superior Tribunal de Justiça*

analogia, o óbice da Súmula 284/STF.

Assim, não prospera a pretensão recursal, na medida em que a jurisprudência se firmou no sentido de que a ausência de indicação da alínea do permissivo constitucional em que se fundamenta o recurso especial, impede a apreciação do apelo. Nesse sentido: AgRg no AREsp 551.606/PB, Segunda Turma, Dje de 03/02/2016; AgRg no Ag 760.867/PE, Primeira Turma, DJ de 23/11/2006; AgRg no REsp 1244392/AL, Terceira Turma, Dje de 08/11/2011; AgRg nos EAREsp 278.959/MG, Corte especial, Dje de 06/05/2016; REsp 1.191.462/ES, Segunda Turma, DJe de 14/09/2010.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora